



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais)

Aviso:

As demonstrações contábeis apresentadas a seguir são demonstrações contábeis resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações contábeis completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

O Relatório na íntegra, contendo as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor Independente, bem como o Relatório Integrado da Administração - 2022 e Parecer do Conselho Fiscal está disponível no site da CPTM e no site do jornal Folha de São Paulo, conforme links:

a) "https://www.cptm.sp.gov.br/esg-consistente/Governanca/Paginas/RIA-Informacoes-trimestrais.aspx";
b) "https://www.folha.uol.com.br/".

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2022	2021		2022	2021
Ativo Circulante			Passivo e Patrimônio líquido Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	126.466	104.039	Fornecedores	281.579	340.236
Clientes e outros recebíveis	115.013	11.248	Operações de arrendamentos	78.528	75.005
Impostos e encargos a recuperar / compensar	5.055	1.499	Remunerações, encargos e benefícios a pagar	155.969	109.049
Estoques	191.320	169.886	Impostos, taxas e contribuições a recolher	27.942	27.758
Outros ativos circulantes	9.619	8.932	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	14.353	137.917
Total do ativo circulante	447.473	295.604	Outros passivos circulantes	110.125	142.617
			Total do passivo circulante	668.496	832.582
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo	207.772	232.338	Operações de arrendamentos	471.344	523.944
Depósitos judiciais e recursais	168.931	183.513	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	249.476	170.349
Outros créditos	38.841	48.825	Provisões para benefícios a empregados		
Investimento	193	193	pós emprego	748.036	639.755
Imobilizado líquido	11.641.029	11.383.872	Outros passivos não circulantes	110.054	120.331
Intangível líquido	21.174	15.773	Total do passivo não circulante	1.578.910	1.454.379
Total do ativo não circulante	11.870.168	11.632.176	Patrimônio líquido		
			Capital social	18.269.418	17.529.178
			Reservas de reavaliação	383.669	392.548
			Ajustes de avaliação patrimonial	117.188	169.170
			Prejuízos acumulados	(9.825.924)	(9.402.035)
				8.944.351	8.688.861
			Adiantamentos para aumento de capital		
			Total do patrimônio líquido	10.070.235	9.640.819
			Total do passivo e patrimônio líquido	12.317.641	11.927.780
Total do ativo	12.317.641	11.927.780			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Subtotal	Adiantamentos para aumento de capital	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17.529.178	401.467	97.309	(8.941.572)	9.086.382	265.543	9.351.925
Resultado abrangente do exercício							
Prejuízo do exercício	-	-	-	(469.383)	(469.383)	-	(469.383)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	71.861	-	71.861	-	71.861
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	71.861	(469.383)	(397.522)	-	(397.522)
Reservas de reavaliação	-	(8.919)	-	8.919	-	-	-
Recursos para aumento de capital	-	-	-	-	-	686.415	686.415
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17.529.178	392.548	169.170	(9.402.036)	8.688.860	951.958	9.640.818
Resultado abrangente do exercício							
Prejuízo do exercício	-	-	-	(432.767)	(432.767)	-	(432.767)
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	(51.982)	(51.982)	-	-	(51.982)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	(51.982)	(432.767)	(484.749)	-	(484.749)
Reservas de reavaliação	-	(8.879)	-	8.879	-	-	-
Recursos para aumento de capital	-	-	-	-	-	914.166	914.166
Recursos para aumento de capital no período	-	-	-	-	-	-	-
Capitalização de recursos antecipados - acionista controlador	740.240	-	-	-	740.240	(740.240)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	18.269.418	383.669	117.188	(9.825.924)	8.944.351	1.125.884	10.070.235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diversa)

1 Contexto operacional

A COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM ("Companhia" ou "CPTM") é uma empresa pública, criada pela Lei Estadual nº 7.861, de 28 de maio de 1992. Está sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é formada por ações, de capital fechado, e tem como acionista controlador a Fazenda do Estado de São Paulo, com 99,99907% das ações ordinárias.

A Companhia tem por objeto social preponderante a exploração dos serviços de transporte de passageiros, sobre trilhos ou guiados, nas entidades regionais do Estado de São Paulo, abrangendo as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, na forma do artigo 158 da Constituição do Estado de São Paulo.

Da malha ferroviária, em 24/01/2022, foi efetivada a concessão do serviço público de transporte de passageiros das Linhas 8 Diamante e 9 Esmeralda à iniciativa privada, pelo prazo de 30 (trinta) anos, tendo como premissas o controle e a regulação dos serviços concedidos, considerando serviços, usuários e tarifa, e o controle de qualquer participação residual na infraestrutura no final do prazo da concessão, pelo Poder concedente.

Assim, no final do exercício de 2022, a Companhia operava 05 (cinco) linhas férreas: Linha 7 - Rubi (Brás - Jundiá); Linha 10 - Turquesa (Brás - Rio Grande da Serra); Linha 11 - Coral (Luz - Estudantes); Linha 12 - Safira (Brás - Calmon Viana) e Linha 13 - Jade (Eng. Goulart - Aeroporto Guarulhos), somando 196 km de extensão, com 57 (cinquenta e sete) estações ao longo do trecho, atendendo, além da Capital, a outros 17 (dezessete) municípios, estando integrada, no aspecto físico e tarifário, às demais linhas de transporte metro-ferroviário e à diversas linhas municipais e intermunicipais de ônibus.

Apoio financeiro

Na condição de empresa pública, integrante da Administração Indireta do Estado de São Paulo, sujeita aos efeitos do Artigo 2º, inciso II da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM, é enquadrada como "empresa estatal dependente".

Assim, o Governo Estadual subsidia os usuários do sistema ferroviário, repassando à Companhia recursos financeiros para a complementação de suas despesas de custeio, assim como aportes de capital para cobertura de seus investimentos.

Há de se observar que para o exercício de 2022, a Companhia passou a receber recursos financeiros do Estado de São Paulo à título de recomposição da receita tarifária, que se sustentam no Termo de Acordo celebrado entre o Estado de São Paulo, esta Companhia e a Companhia do Metrô paulista de São Paulo - Metrô em 20 de julho de 2022. Por meio do referido Termo de acordo, o Estado de São Paulo se responsabiliza pela complementação do fluxo financeiro, considerando o direito de recebimento da diferença pecuniária dos valores recebidos efetivamente em caixa em relação ao valor devido das viagens realizadas pela Companhia, especificadamente quanto ao Sistema de Bilhetagem Eletrônica que operacionaliza o bilhete único - BU.

Assim, no exercício findo em 31/12/2022, os repasses do Governo do Estado de São Paulo foram compostos por R\$ 962.142 (R\$ 1.200.121 em 2021) à título de subvenção econômica; R\$ 235.558 (R\$ 0 em 2021) à título de recomposição da receita tarifária; R\$ 143.340 (R\$ 109.532 em 2021) à título de ressarcimento de gratuidades legais, e; por fim, R\$ 914.165 (R\$ 686.415 em 2021) para investimentos.

Por outro lado, em 2022, foram promovidos 03 leilões de materiais inservíveis que, no acumulado do ano, arrecadaram um total de R\$ 29 milhões, o que representa um crescimento de aproximadamente 9% em relação ao arrecadado no ano anterior, na ordem de R\$ 26,7 milhões, mantendo-se a tendência de êxito nas vendas desta modalidade, reforçando o caixa da Companhia.

Por fim, até o encerramento destas Demonstrações Contábeis, a Companhia não havia contratado seguros para os bens patrimoniais de sua propriedade e nem de responsabilidade civil relacionada aos serviços de transporte metropolitano por si prestados, seguindo com estudos e ações para contratação em futuro próximo.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e são apresentadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações contábeis têm como base de valor o custo histórico, com exceção para instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e no pressuposto da continuidade operacional dos negócios da Companhia.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com base no Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação e estão expressas em milhares de Reais. A divulgação em outras moedas, quando aplicável e necessário, também está sendo efetuada em milhares, estando devidamente identificadas.

2.3 Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) não é requerida pelas normas IFRS, apenas pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, sendo, para esta Companhia, considerada como uma informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.4 Uso de estimativas e premissas contábeis

Para a preparação das demonstrações contábeis foram utilizadas determinadas estimativas contábeis, cuja base foram fatores objetivos e subjetivos, de subsídio ao julgamento da Administração na determinação do valor adequado a ser registrado e divulgado pela Companhia. Sendo as estimativas significativas constituídas conforme segue:

Estimativa para redução ao valor realizável de estoques

Para constituição de estimativa para redução ao valor realizável dos estoques é avaliada a estocagem de itens obsoletos; itens que possam ser específicos para manutenção de sistemas descontinuados; itens que possam ter atingido sua data de validade e, por fim, itens de giro lento, cujo volume de estocagem que não se justifique.

Na identificação de tais itens, ao longo do exercício subsequente, passam a ser avaliadas as possibilidades de seu descarte, considerando as perspectivas de absorção do mercado, inicialmente na condição original e, em sua impossibilidade, na condição de inservível, de forma que haja a recuperação do valor, ao menos parcialmente.

Provisão para perda de valor recuperável dos ativos

Os testes de recuperação - *impairment* dos ativos são realizados ao menos anualmente ou em períodos menores na ocorrência de indícios / gatilhos internos ou externos que assim o determinem.

Os ativos imobilizados são avaliados na concepção de uma Unidade Geradora de Caixa - UGC única, sendo aplicada a abordagem de custo para a mensuração do valor justo de reposição, ajustado os efeitos do desgaste natural de utilização e da obsolescência, e por meio de avaliadores internos. Os ativos intangíveis, por se tratar de ativos com vida útil definida fora do alcance dos testes de *impairment* mas tem a sua capacidade produtiva revisada em final de cada exercício, para ajuste de sua vida útil, se necessário.

Estimativa para perdas esperadas com ativos financeiros

Ativos financeiros consideram as contas a receber de clientes, outros recebíveis e outros créditos. A abordagem consiste na análise da inadimplência histórica, a partir das seguintes evidências: (i) indicadores de dificuldade financeira; (ii) início de cobrança extra ou judicial; (iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes - CADIN e, por fim, (iv) dificuldade de localização do devedor.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

	2022	2021
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)		
Receita líquida	2.370.339	2.768.801
Custo dos serviços prestados	(2.139.736)	(2.486.089)
Lucro bruto	230.603	282.712
Despesas administrativas	(460.686)	(424.610)
Outras receitas (despesas) líquidas	(31.870)	(188.456)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(261.953)	(330.354)
Resultado financeiro	(170.814)	(139.029)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(432.767)	(469.383)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	-	-
Prejuízo do exercício	(432.767)	(469.383)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2022	2021
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)		
Resultado líquido do exercício	(432.767)	(469.383)
Remensurações de benefícios a empregados pós emprego	(51.982)	71.861
Total do resultado abrangente do exercício	(484.749)	(397.522)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2022	2021
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)		
Caixa líquido nas atividades operacionais	(144.441)	(45.662)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(581.238)	(420.843)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	748.106	523.498
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	22.427	56.993
Caixa e equivalente de caixa no início do período	104.039	47.046
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	126.466	104.039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

	2022	2021
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)		
Receitas	2.415.542	2.807.898
Insumos adquiridos de terceiros	(1.229.044)	(1.646.226)
Valor adicionado bruto	1.186.498	1.161.672
Depreciação/amortização	(314.993)	(315.065)
Valor adicionado produzido pela entidade	871.505	846.607
Valor adicionado recebido em transferência	26.429	35.271
Valor adicionado total a distribuir	897.934	881.878
Pessoal	1.022.153	1.067.285
Impostos, taxas e contribuições	101.496	101.545
Remuneração de capitais de terceiros	207.052	182.431
Prejuízo do exercício	(432.767)	(469.383)
Valor adicionado distribuído	897.934	881.878

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

As provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários são constituídas para fazer frente à riscos decorrentes de ações em andamento, julgadas como de perda provável. A perda é dada como provável quando de ações cujos objetos, apesar de toda a substância das defesas, os tribunais têm entendimento que desfavorece a Companhia.

Como é possível a ocorrência de alterações de classificação em futuro, as provisões são revisadas mensalmente, pelos assessores jurídicos da Companhia, e ajustadas em face da alteração nas circunstâncias e premissas que a determinaram, portanto, alinhadas e aderentes ao período encerrado. Ativos contingentes, por sua vez, não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, haja vista a existência de garantias de sua realização.

2.5 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

As obrigações decorrentes de benefícios de curto prazo concedidos aos empregados são reconhecidas como despesas de pessoal considerando sua incorrência no período, em contrapartida em passivo, considerando a obrigação de pagamento, a ser liquidado em até 12 meses do fechamento do exercício.

Enquadram-se neste grupamento anuênio e gratificação por tempo de serviço; seguro de vida em grupo; vale refeição e alimentação; programa de participação nos resultados - PPR e benefício rescisório - aviso prévio.

Programa de Participação nos Resultados - PPR

Relativo ao PPR, trata-se de programa implantado pela Companhia desde 2011, cujos critérios são definidos em parceria com as respectivas entidades sindicais, considerando indicadores, pesos e metas previamente definidos, acompanhados quanto ao seu atingimento e aprovados em início do exercício subsequente ao de sua competência, para efetivo pagamento. Para o exercício findo em 31/12/2022, referido programa foi retomado haja vista o atingimento do tempo de sua suspensão, ou seja, até 31/12/2021, em cumprimento ao disposto no Decreto Estadual nº 65.463 de 12/01/2021 (alterado pelo Decreto nº 65.479, de 20/01/2021).

Benefícios de longo prazo

Nos benefícios de longo prazo concedidos aos empregados, dos quais obrigações são imputadas à Companhia pela possibilidade de serem pagos após o término do vínculo empregatício, enquadram-se o programa de previdência aos empregados oriundos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU que dele mantém participação, o plano de saúde (assistência médica e odontológica) e o benefício de desligamento sem justa causa aos empregados oriundos da extinta Ferrovia Paulista S/A - FEPASA, conforme regras concessórias específicas.

Estes benefícios são avaliados na periodicidade anual, cujo método atuarial para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, aplicada sobre as obrigações atuariais projetadas, de acordo com o recomendado pelo Pronunciamento CPC nº 33, sendo os efeitos das remensurações reconhecidos em Outros resultados abrangentes - ORA e em resultado do período, quando aplicável.

Neste contexto, excetua-se o plano de assistência odontológica que, embora haja a caracterização de benefício no período pós-emprego, tende a não apresentar passivos de longo prazo, considerando seu comportamento inverso em relação ao plano de assistência médica, sendo a utilização e o custo exponenciais em relação à idade, tanto a utilização como o custo decrescem em relação à idade.

Cabe informar que em 2022, pela necessidade de se conhecer o efeito das amortizações promovidas pela União Federal em face do Acordo assinado com a Fundação que administra o plano de previdência privada, foram realizados estudos atuariais intermediários, datado de 30/06/2022, os quais, pela oportunidade, foram estendidos aos demais benefícios.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão informadas a seguir, as quais foram aplicadas de modo consistente comparativamente ao exercício findo em 31/12/2021.



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

CNPJ: 71.832.679-0001-23



3.1 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia não mantém recursos financeiros em caixa, sendo os intitulados como Equivalentes de caixa os correspondentes a depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, mantidos para frente apenas a compromissos de custeio de curto prazo.

3.2 Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia deles se torna parte, sendo os ativos ou passivos deles derivados registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos de transação que lhe sejam diretamente atribuídos, quando aplicável, remensurados conforme regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros e, por fim, baixados quando os direitos e obrigações que representam tenham se expirado.

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros da Companhia correspondem a aplicações em CDB e fundos de investimentos ancorados em ativos e derivativos de renda fixa de risco conservador, de liquidez diária e remunerados diariamente com base em taxas vinculadas a um percentual da variação do CDI ou Selic, objetivando proporcionar rentabilidade de forma compatível com as variações diárias das taxas de juros, e recebíveis derivados de instrumentos financeiros firmados pela Companhia junto a terceiros, mantidos com o objetivo do recebimento de fluxos de caixa contratuais, gerados em datas específicas, relativos somente ao pagamento do principal e juros sobre o valor do principal em aberto, sendo classificados:

(a) Valor justo por meio do resultado

Nesta categoria estão classificados os Equivalentes de caixa, sendo as variações monetárias, para reconhecimento do valor justo no período, reconhecidas no resultado do período.

(b) Custo Amortizado

Nesta categoria classificam-se Clientes e outros recebíveis e Outros créditos, amortizados pelo método da taxa efetiva de juros.

Redução ao valor de recuperação de ativos financeiros

A Companhia avalia na data do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possam ser estimados.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Nessa categoria, estão classificados Fornecedores, Garantias Contratuais e Contas a Pagar.

3.3 Clientes e outros recebíveis

Clientes e outros recebíveis são registrados pelo valor nominal e não incluem juros e, se necessário, deduzidos da provisão para perdas de crédito estimadas considerando o histórico de inadimplência e análise individual de cada devedor, em montante considerado suficiente pela Administração para a cobertura de perdas em sua realização.

3.4 Estoques

Os estoques da Companhia são destinados à manutenção dos sistemas ferroviários, registrados pelo custo médio ponderado de aquisição e ajustado ao valor realizável líquido.

Para aferição da eficácia dos controles internos e o nível de acuracidade do estoque, a Companhia realiza inventários rotativos, com contagem física mensal, contínua e programada, considerando a metodologia da Curva ABC.

3.5 Depósitos judiciais e recursais

Depósitos recursais são desenhados compulsórios exigidos para a interposição de recursos trabalhistas, cujos valores podem ser descontados do crédito do reclamante ou devolvidos à Companhia no final do processo a depender do desfecho judicial.

Depósitos judiciais são efetuados com o objetivo de garantir a efetividade da decisão judicial, antecipadamente à finalização da respectiva ação, em casos de cumprimento provisório de sentença pela parte vencedora. Também são feitos com a finalidade de garantir o juízo para apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença ou de oposição de embargos a execução, sendo acompanhado pela Companhia o referido desdobramento até o final da ação. Em todas as hipóteses, o valor é por ela soerguido, na proporção do êxito obtido.

Os registros contábeis à título de depósitos judiciais e recursais são mantidos em valor original em razão dos rendimentos por si produzidos sujeitam-se à condição suspensiva, num ambiente de incerteza acerca do fluxo de benefícios econômicos futuros, reconhecidos em resultado quando de possível reversão à Companhia.

3.6 Imobilizado

O Imobilizado é reconhecido pelo custo histórico de sua aquisição e/ou construção, acrescido dos custos de melhorias e/ou reformas e apresentado pelo montante líquido dos efeitos de encargos de depreciação.

A depreciação é calculada pelo método linear, com exceção aos terrenos e leito da linha, não sujeitos a tais encargos.

Os valores residuais, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são aqueles considerados como adequados nas condições operacionais atuais da Companhia, sendo que em 2022 não houve alteração estratégica ou de operação dos sistemas e equipamentos que justificassem quaisquer mudanças neste sentido, sendo os encargos de depreciação do período reconhecidos no resultado do exercício.

No ativo Imobilizado estão considerados ativos em posse da Companhia, enquadrados nos termos da NBC TG 06 (R3) Arrendamentos.

Por fim, a Companhia mantém os efeitos da reavaliação de seus ativos realizada no exercício de 2002, conforme Laudos de Reavaliação emitidos em 31 de maio de 2002 pela empresa Aerocarta S.A. - Engenharia de Aerolevantamentos, que contemplou os bens patrimoniais adquiridos até 31 de dezembro de 2000.

3.7 Intangível

O ativo intangível representa ativos identificáveis, sem substância física, resultantes de direito contratual, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros, registrado pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas, considerando o tempo contratual de uso ou a vida útil definida para o ativo.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear a partir da data da sua disponibilidade para uso e as despesas subsequentes com ativos intangíveis são capitalizadas somente quando resultarem em aumento dos benefícios econômicos futuros, sendo as despesas relacionadas com a manutenção dos softwares, quando incorridas, reconhecidas em resultado do exercício.

3.8 Fornecedores

Representa os compromissos assumidos junto a terceiros pela aquisição de serviços e materiais para uso no ciclo operacional da Companhia bem como pela aquisição de ativos, cujo prazo de vencimento preponderante corresponde a 12 meses subsequentes ao exercício social encerrado. São reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado a partir do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

3.9 Operações de arrendamentos

Contrato firmado em que a Companhia detém substancialmente todos os riscos e usufruto da propriedade, e, assim, reconhecido como ativo de arrendamento, aderente aos requerimentos do NBC TG 06 (R3) Arrendamentos. O passivo correspondente é atualizado mensalmente considerando os encargos financeiros inerentes a operação, apropriados em resultado do exercício, pela taxa de juros efetiva firmada em contrato, classificado em passivo circulante e não circulante alinhado ao prazo contratual.

O ativo adquirido por meio de arrendamento financeiro é depreciado durante a vida útil definida pela Companhia, considerando a previsão contratual

de sua transferência à Companhia ao final do contrato.

3.10 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Neste grupo estão consideradas as demais obrigações legais ou constituídas pela Companhia. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas e classificados como circulantes ou não circulantes conforme sua data de realização ou liquidação.

3.11 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida pelo regime de competência, líquida de descontos, abatimentos e impostos incidentes sobre ela, excetuando-se a proveniente da prestação de serviço de transporte com a utilização de bilhete magnético e QRCode reconhecida pelo montante da venda, que correspondeu a 25,7% do total da arrecadação.

A receita operacional é decorrente preponderantemente da prestação de serviço de transporte, sendo as tarifas praticadas fixadas pelo Governo do Estado de São Paulo, de caráter social e, assim sendo, em volume financeiro insuficiente para frente aos custos e despesas operacionais a ela vinculados. Referida receita decorre da venda de bilhete de cartolina com tarja magnética intitulado Edmonson e de bilhetes eletrônicos na tecnologia QR-Code, comercializados pela própria Companhia para permissão de uma viagem, de uso exclusivo na ferrovia ou integrado com o modal rodoviário, e pela utilização de bilhetes eletrônicos, cartões inteligentes com circuito integrado sem contato (ContactlessSmartCard) controlados por meio de Sistemas de Bilhetagem Eletrônica - SBE. No caso do BU, o fluxo financeiro é decorrente de vendas antecipadas, por meio do carregamento de créditos em cartões eletrônicos e, em função dos termos dos convênios assinados pela Companhia e demais partícipes, são rateados com base no quantitativo histórico de pagantes transportados em cada companhia dentro de cada sistema.

No caso do sistema BENFÁCIL, a remuneração se dá pela apuração dos quantitativos de passageiros transportados em períodos de 10 dias, e valorados pelas tarifas exclusiva e integrada vigentes na ocasião da validação em nossos bloqueios.

No ambiente de bilhetagem eletrônica, no que se refere ao BU e BOM, há de se observar o descolamento do fluxo financeiro em relação à prestação de serviço de transporte, haja vista que o volume dos créditos recebidos, decorrente das vendas antecipadas, não se vincula diretamente à prestação de serviço de transporte, sendo o fluxo financeiro vinculado a regras de partição pré-estabelecidas em convênio bem como voláteis ao comportamento do usuário quanto ao carregamento de créditos.

3.12 Normas e interpretações novas e revisadas

(i) Revisão nº 20 estabeleceu alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21 (R1), CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47, em decorrência das alterações de classificação de passivos como circulantes ou não circulantes, adiantamento da isenção temporária do CPC 48; definição de política contábil; divulgações de políticas contábeis; e tributos diferidos relacionados a ativos e passivos originados de uma simples transação. Estas alterações serão aplicadas nos períodos anuais após 1º de janeiro de 2023, com exceção do adiamento da isenção temporária do CPC 48 que deve ter vigência imediata.

(ii) Revisão nº 21 estabeleceu alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50, em decorrência das alterações de classificação de passivos alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), Amendments to IFRS 17 (2020) e Initial Application of IFRS 17 and IFRS 9 - Comparative Information (2021). Estas alterações serão adotadas nos períodos anuais com início após, 1º de janeiro de 2023.

Não há outras normas ou interpretações com impacto na operação da Companhia cuja aplicação inicia-se em períodos futuros.

4 Informações complementares

Caixa e equivalentes de caixa

O saldo dos recursos financeiros da Companhia, principalmente formado pela arrecadação tarifária, é transferido para a conta única do Tesouro do Estado no Sistema SIAFEM - Sistema de Administração Financeira de Estados e Municípios, nos termos do Decreto 60.244 de 14 de março de 2014 e corroborado pelo Decreto Estadual nº 64.748 de 17/01/2020, que determina que os recursos das empresas em que o Estado seja controlador passem obrigatoriamente a serem mantidos em contas do SIAFEM.

Também se consideram neste grupo "valores em trânsito" que se referem a valores arrecadados nas estações ferroviárias, cujo transporte e conferência do numerário são de responsabilidade de empresa transportadora de valores contratada pela Companhia, para posterior depósito na conta corrente, sendo este processo concluído em D+2, contado a partir da data da coleta de valores efetuada nas estações.

Clientes e outros recebíveis

Créditos decorrentes da permissão de passagem em vias férreas, do uso de instalações e espaços para exploração comercial e da prestação de serviços diversos, conforme convênios e contratos firmados entre as partes. Em 2022, está considerada a rubrica "Recomposição da Receita Tarifária" que teve por sustentação o Termo de acordo firmado com o Governo do Estado de São Paulo, em 27/07/2022, pelo qual o Governo se compromete a recompor a receita tarifária mediante a insuficiência de recursos da clearing do sistema de bilhetagem eletrônica do bilhete único - BU.

Imobilizado em concessão

Nos termos do Contrato de Concessão nº 02/2021, em 27 de janeiro de 2022, foi efetivada a transferência da prestação do serviço público de transporte de passageiros, sobre trilhos, das linhas 8 Diamante e 9 Esmeralda para a Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S/A.

De acordo com o referido Contrato, são bens integrantes da Concessão aqueles afetos ou associados à prestação do serviço concedido, os quais serão revertidos à esta Companhia, na condição de interveniente e detentora da participação residual na infraestrutura, ao término do período de concessão.

Assim, considerando a geração de benefícios econômicos de forma indireta, em função do aumento dos passageiros em decorrência da integração das linhas concedidas às demais operadas diretamente pela Companhia, se mantêm registrados em Ativo Imobilizado os bens em uso pela Concessionária, que, na data de 31/12/2022, correspondem ao montante de R\$ 2.212.372, líquido dos encargos de depreciação, calculados conforme taxas de depreciação consideradas como adequadas por esta Companhia.

Provisões para benefícios a empregados pós emprego

A Companhia concede benefícios pós emprego aos seus colaboradores, para os quais foi realizada avaliação atuarial, posição 31/12/2022. Referida avaliação atuarial determinou para 2022 um déficit atuarial na ordem de R\$ 748.036 (R\$ 639.755 em 2021), observando-se, assim, um acréscimo de R\$ 108.281, cujo detalhamento dos estudos atuariais realizados e respectivos resultados seguem, conforme resumo geral e à cada benefício abaixo reportado.

Em que pese todos os elementos considerados nos cálculos atuariais, para o resultado deficitário apurado para o programa previdenciário, de R\$ 625.720 (R\$ 561.725 em 2021), ênfase se dá à exclusão das contribuições contratadas do valor justo dos ativos, em cumprimento ao que determina o CPC nº 33, em seu item 114. Trata-se do montante de R\$ 894.405, ativo registrado pela Fundação que administra o plano previdenciário, correspondente a um contrato de confissão de dívida assinado com a União, para quitação de dívida da patrocinadora CBTU, o qual impacta fortemente os resultados atuariais do plano previdenciário concedido por esta Companhia, na condição de patrocinadora.

Neste contexto, contudo, para a variação entre os resultados dos exercícios de 2021 e 2022 dá-se destaque para o aumento na taxa de desconto aplicada e o ganho sobre os ativos financeiros da carteira, que foram

elementos que contribuíram positivamente nos estudos atuariais.

5. Eventos subsequentes

Concessão do TIC EIXO NORTE

Para o primeiro semestre de 2023, está prevista a publicação do edital para a concessão do TIC EIXO NORTE, incluindo a Linha 7 - Rubi, processo coordenado pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos com a participação desta Companhia. Este projeto teve sua audiência pública realizada em 16/08/2021, a consulta pública encerrada em 15/10/2021 e, ao longo do exercício de 2022, o detalhamento do projeto, a preparação das minutas de edital, do contrato e dos anexos, que possibilitarão a publicação do edital, informado acima e, por fim, a contratação da futura concessionária no primeiro semestre de 2023.

Julgamento dos Temas 881 e 885 pelo Supremo Tribunal Federal ("STF")

Em 08 de fevereiro de 2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, no sentido de que decisões proferidas pelo STF em ação direta de inconstitucionalidade ou em sede de repercussão geral modificam os efeitos das ações individuais que tenham transitado em julgado de forma favorável ao contribuinte em matéria tributária. A referida decisão aplica-se aos tributos recolhidos de forma continuada (fatos geradores recorrentes). Após avaliação de impactos desta decisão feita pela Administração, não foram identificados processos judiciais impactados por essa decisão. Adicionalmente, a Administração entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa à Companhia para a data base de 31 de dezembro de 2022.

Contadora Responsável
Marli Cândido Dutra - CRC.CT.1SP.131206/O-7
Extrato - Relatório dos Auditores Independentes

É importante destacar que a publicação de um "extrato das informações relevantes do relatório" consiste na inclusão de uma declaração sobre o conteúdo do relatório e não se confunde com a publicação de partes do relatório, nem consiste em opinião sobre as demonstrações financeiras resumidas que estão sendo publicadas. **Opinião com ressalva**
Dados da Recessão - A companhia utiliza trens e peças sobressaltes adquiridas pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM), sendo que estes ativos ainda não foram transferidos e registrados no balanço da CPTM como ativo fixo. O custo desses trens e peças, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 1.936.551.000 líquido da depreciação acumulada de R\$ 253.867.000 (R\$ 1.985.849.000 e R\$ 197.825.000 de custo líquido e depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2021, respectivamente). Consequentemente o ativo não circulante e o patrimônio líquido da Companhia estão subavaliados em R\$ 1.936.551.000, os prejuízos acumulados subavaliados em R\$ 253.867.000, sendo que o resultado do período está superavaliado em R\$ 56.042.000 em 31 de dezembro de 2022.

Ênfase - Incerteza relevante sobre a continuidade operacional da Companhia - A Companhia vem apresentando prejuízos sucessivos, sendo que no exercício de 31 de dezembro de 2022 o prejuízo foi de R\$ 432.767.000 (R\$ 469.383.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021) e capital circulante líquido negativo em R\$ 221.023.000 (R\$ 536.978.000 em 31 de dezembro de 2021). Esses eventos ou condições demandam continuamente que recursos sejam aportados pelo seu acionista controlador (Fazenda do Estado de São Paulo), o que vem ocorrendo regularmente, para fazer frente ao Programa de Investimentos da Companhia, previsto no Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Nesse contexto, foi verificado que até o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nos termos da Lei nº 17.498 de 29/12/2021 e Decreto nº 66.436 de 13/01/2022, foram repassados pela Fazenda do Estado de São Paulo, recursos financeiros no montante de R\$ 914.165.000 (R\$ 686.415.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021) voltados para investimentos, e R\$ 1.341.040.000 (R\$ 1.309.653.000 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021), para o custeio da Companhia. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ênfase - Concessão das linhas 8 Diamante e 9 Esmeralda - Em 27 de janeiro de 2022 foi efetivada a transferência da operação, manutenção, conservação e melhorias das linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda para a empresa vencedora do leilão de concessão, realizado pelo Governo do Estado, no dia 20 de abril de 2021. A Companhia foi apenas interveniente no processo de concessão efetuado, repassando os riscos e benefícios referentes às linhas 8-Diamante e 9-Esmeralda à empresa vencedora da licitação, contudo os ativos fixos de concessão remanesceram como ativos imobilizados da Companhia identificados como ativos de concessão. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Ênfase - Cobertura de Seguros - A Companhia não possui seguros contratados para os bens patrimoniais de sua propriedade e nem para serviços de transporte metropolitano por ela prestados estando em fase de aprovação para contratação. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

mazars

Mazars Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP023701/O-8

Mazars Auditores Independentes S.S. (CRC 2SP023701/O-8). Cleber de Araújo (Contador CRC 1SP213655/O-8). Emitido em 14 de março de 2023. O Relatório na íntegra, contendo as demonstrações financeiras e o Relatório do Auditor Independente, está disponível no site da CPTM: <https://www.cptm.sp.gov.br/esg-consciente/Governanca/Paginas/RI/Informacoes-trimestrais.aspx>

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM

O Conselho Fiscal da **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**, cumprindo as determinações legais, na Reunião Ordinária, realizada no dia 21 de março de 2023, às 8h30, examinou o Relatório Anual da Administração, bem como as Demonstrações Contábeis nele contidas, composta pelo Balanço Patrimonial, pela Demonstração do Resultado, pela Demonstração dos Resultados Abrangentes, pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração dos Fluxos de Caixa e pela Demonstração do Valor Adicionado, complementadas pelas Notas Explicativas, referentes ao exercício findo de 2022.

Os membros do Conselho Fiscal da **COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM**, em cumprimento ao disposto nos incisos II e IV do art. 163, da Lei Federal nº 6.404/76 e suas alterações posteriores, procederam ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis exigidas em Lei e das Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Com base no Relatório da Auditoria Independente, datado de 14/03/2023, considerando a Manifestação do Comitê de Auditoria Estatutário, datada de 15/03/2023 e considerando a manifestação do Conselho de Administração havida em reunião ocorrida em 20/03/2023, os Senhores Conselheiros opinam que as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas estão em condições de serem submetidas à apreciação e deliberação dos Senhores Acionistas, observando-se a ressalva constante do referido Relatório da Auditoria Independente, relacionada à nota explicativa nº 10.4 - Ativos adquiridos pela Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) para a utilização pela Companhia.

JOSÉ VALTER DA SILVA JUNIOR

Conselheiro

ROBERTA MOREIRA DA COSTA BERNARDI PEREIRA

Conselheira

VERA HELENA VILLAÇA

Conselheira

LAÉRCIO PAULINO SIMÕES

Conselheiro

ROBERTO YOSHIKAZU YAMAZAKI

Conselheiro

